

‘Duques e cenas tristes’: ainda a Convenção de Sintra (1808)¹

Miguel Alarcão (FCSH-UNL)

“In the moral virtues and qualities of passion which belong to a people, must the ultimate
salvation of a people be sought for.”

(Wordsworth, *Convention of Cintra*, 1809)

“And ever since that martial synod met,
Britannia sickens, Cintra! at thy name;”

(Byron, *Childe Harold’s Pilgrimage*, 1812)

I

Na passagem do 2º centenário da assinatura da Convenção de Sintra (30 de Agosto de 1808), que pôs oficialmente termo à primeira invasão e ocupação francesas de Portugal, protagonizadas pelo General Jean-Andoche Junot (1771-1813) entre Novembro de 1807 e Setembro de 1808, não poderia esta Revista alhear-se de um episódio e um documento tão marcantes da Guerra Peninsular, tanto mais quanto a existência (ou subsistência...) de pontos controversos abre espaço para possíveis projectos internacionais de investigação comparatista e pluridisciplinar. Assim sendo, este ensaio pretende, de forma tentativa, retomar alguns testemunhos idealmente conducentes a eventuais releituras anglo-portuguesas da referida Convenção.

Em primeiro lugar, importa reconhecer que só por artificialidade metodológica se poderá dissociar a Convenção de Sintra de todos os actos e custos inerentes a uma ocupação e governação militares estrangeiras de nove meses. Do mesmo modo, e aproveitando a existência, em circulação simultânea, de diferentes designações historiográficas, não é completamente possível (nem talvez desejável e mesmo legítimo) isolar a primeira das restantes duas “invasões francesas” de Portugal, as três portuguesas da “*Guerra de la Independencia*” espanhola e, afinal, todas elas, enquanto “Guerra

¹ Este texto é dedicado, com admiração e apreço, ao Professor Doutor António Pedro Vicente, na jubilosa passagem do seu 70º aniversário.

Peninsular”, das “*French revolutionary and napoleonic wars*” (1793-1815); na verdade, revisões e reajustamentos factuais e cronológicos como os sugeridos, de forma maieuticamente vigorosa, por João da Rocha Pinto,² poderão constituir um desafio estimulante. Vistas por este prisma, todas estas guerras --- quais *matrioshkas* russas --- permitem-nos antever, nos próximos anos, recorrentes marés comemorativas e editoriais da “Guerra Peninsular”, para as quais, aliás, o Centro de Estudos Anglo-Portugueses ofereceu já algum contributo próprio.³

Por todos estes motivos, dever-se-á desde o início tomar em atenção a complexidade de um conflito instrumentalmente decisivo na derrocada dos Antigos Regimes e na catalização das primeiras experiências liberais, constitucionais e ‘descolonizadoras’ dos dois estados ibéricos. Paralelamente, far-se-á notar o facto de estarmos perante um período marcado à escala europeia, e mesmo ‘global’, por jogos de forças, braços-de-ferro e equilíbrios de poder entre as ‘superpotências’ da época (a França e a Grã-Bretanha), bem como pelas pulsões independentistas e patrióticas características e coetâneas dos diferentes romantismos e ainda por motivações e desígnios imperialistas, anexionistas e hegemónicos patentes nos séculos XIX e XX e não completamente banidos da cena política contemporânea...

Em segundo lugar, importa reconhecer que, dos pontos de vista histórico-científico e bibliográfico, factos e personagens como a Guerra Peninsular, Napoleão ou Wellington são já, hoje em dia, de uma riqueza inesgotável, inviabilizando qualquer projecto que --- repetimo-lo --- não seja e desde o início se assuma como internacional e pluridisciplinar. Na verdade, a sua concretização envolveria **no mínimo** a prospecção e o estudo de fundos documentais públicos e particulares, portugueses, espanhóis, franceses e britânicos,⁴ por parte de especialistas, docentes, investigadores e académicos

² “Porquê colocar a Guerra Peninsular só entre 1807 e 1813 ou 1814, conforme os autores, e porquê só três Invasões Francesas? A Guerra do Rossilhão e da Catalunha e a Guerra das Laranjas não deveriam ser incluídas na Guerra Peninsular? E as invasões francesas não foram quatro, ou o marechal Marmont (...) esteve por cá a banhos? E, por fim, não fomos nós invadidos cinco vezes, inclusivamente no decurso da Guerra das Laranjas? Para nós (...), houve uma Guerra Peninsular, que teve lugar entre 1793 e acabou em 1814 e fomos invadidos em cinco ocasiões. Mesmo hoje, quando um avião cruza ilegalmente o céu de dado país, existe uma intromissão no espaço aéreo. Se um exército de milhares de homens, o de Marmont, com quatro Divisões, internados em solo nacional durante vinte dias, não é uma invasão, (...) talvez se deva perguntar às populações de antanho, de Almeida a Castelo Rodrigo e seus arrabaldes, o que lhe deveríamos chamar então.” (in Sousa (coord.), 2008: II, 647-648)

³ Além da colaboração dispensada à Biblioteca Nacional de Portugal no âmbito da exposição comemorativa deste 2º centenário e materializada no respectivo catálogo (Ventura e Sousa (coord.), 2007), cf. a antologia *Guerra Peninsular. Relatos Britânicos* (Sousa (coord.), 2007) e a co-realização, em Novembro de 2007, de um Congresso internacional, cujas actas vieram recentemente a lume. (Sousa (coord.), 2008)

⁴ Além destes, deverão considerar-se os acervos irlandeses (visto ser essa, afinal, a nacionalidade de Wellington) e norte-americanos, não só pela riqueza das suas bibliotecas, mas pela existência, no outro lado do Atlântico, de centros como o da *Florida State University* e especialistas como Donald D.

dos diferentes ramos da Literatura, da Cultura e da História; para dar um exemplo, só o catálogo editado pela Biblioteca Nacional (cf. *supra*, n.3) lista 494 itens distribuídos pelas categorias de “Manuscritos”, “Impressos”, “Iconografia”, “Cartografia” e “Música”, incluindo os diários de campanha de Wellington na Península. Não é, porém, de excluir que, além da BNP, subsistam noutras instituições e noutros arquivos centrais, regionais e locais registos e colecções de decretos, despachos, editais, boletins, relatórios...; todo o tipo, enfim, de testemunhos imprescindíveis a um melhor conhecimento da configuração que a Guerra Peninsular foi tomando entre nós, bem como da recepção e das repercussões internas da Convenção de Sintra.

No que toca ao espaço britânico, impõe-se, naturalmente, idêntico trabalho se se quiser ainda reconstituir, à desconfortável distância de dois séculos, uma opinião pública não restringida às críticas e denúncias, que adiante retomaremos, dos dois epigrafados: William Wordsworth (1770-1850) e George Gordon, *Lord Byron* (1788-1824). O que conhece, por exemplo, o investigador anglo-português da imprensa periódica romântica? Na verdade, para além de cartas, memórias, (auto)biografias, relatos de viagens e diários de campanha de participantes no conflito, como, por exemplo, o futuro Almirante *Sir Charles Adam* (1780-1853)⁵ e, *grosso modo*, os autores traduzidos em antologia superiormente coordenada por Maria Leonor Machado de Sousa (2007),⁶ não descurando um ou outro ainda por identificar,⁷ a expansão do periodismo britânico a partir dos finais do século XVIII justificaria, a nosso ver, um levantamento da cobertura e do ensaísmo jornalísticos, para além de baladas, cartazes,

Horward; a vitalidade e fecundidade da investigação norte-americana sobre a Guerra Peninsular nas últimas décadas ressaltam, aliás, do artigo publicado por Horward no número anterior desta Revista. (Horward, 2007: 9-22)

⁵ Atente-se nos seguintes excertos de uma carta dirigida a James Lach em 11 de Setembro de 1808:

“Estou certo que todos em Inglaterra estão tão surpreendidos e mal impressionados com a Convenção como nós aqui. Nunca se perdeu uma oportunidade tão gloriosa de mostrar a toda a Europa a nossa superioridade sobre as tropas francesas como agora. (...) Assim, (...) não se tirou vantagem da vitória e receio bem que a Europa não acredite que eles foram vencidos. Até os próprios Franceses ficam surpreendidos por ter obtido tais condições (...).

Os patifes saquearam da forma mais excessiva e temo que (apesar de todos os esforços) vão levar muito.

Uma coisa te vai impressionar como muito incorrecta na Convenção, a de que as palavras Português e Portugal não sejam mencionadas nem uma vez no tratado, o que claro lhes desagrada muito (...).

Os Portugueses decerto não merecem qualquer consideração devido à maneira como se comportaram, pois nunca houve um conjunto mais desprezível do que eles mas mesmo assim, nós viemos para conquistar o país para eles e não para nós próprios.” (*Apud Pires*, 1981: 83-84)

⁶ É o caso do Capitão John Patterson (*Apud idem*: 249), de *Sir Richard Henegan* (*Apud idem*: 281-282) e sobretudo do capelão anglicano James Wilmot Ormsby (*Apud idem*: 341-355 *passim*), o único autor a avaliar de forma globalmente favorável a Convenção de 1808, segundo Gabriela Gândara Terenas (2000: 71, n.37). Sobre as posições de Ormsby relativamente à Convenção e à “Protestação” do General Bernardim Freire de Andrade e Castro (1759-1809), veja-se Isabel Oliveira Martins in Sousa (coord.), 2008: II, 41-45 *passim* e *infra*, n.22.

⁷ Por exemplo, quem terá sido o autor de *First Campaign in the Peninsula, from the Landing of the British Army in Portugal to the Convention of Cintra*, London: printed by William Clowes and Sons, 1808? (Item n° 34 in Ventura e Sousa (coord), 2007: 94)

gravuras, caricaturas, etc., produzidos sobre a Convenção de Sintra. Conforme tentaremos demonstrar na segunda parte, todos estes materiais potenciariam, pela sua própria diversidade, reconstituições mais vastas de uma *structure of feeling* e de uma *vox populi* geradas pela Convenção em terras britânicas e do maior interesse para um campo como aquele que esta Revista, em ano de maioridade, tem vindo a desbravar há quase duas décadas.

Mesmo prescindindo, aqui e agora, de quaisquer contextualizações históricas, políticas, diplomáticas e militares da “primeira” (Mas sê-lo-á, de facto?) invasão francesa (1807-8), torna-se inevitável aludir à ajuda preciosa, embora não totalmente desinteressada, da Grã-Bretanha ao seu tradicional aliado ibérico e materializada no desembarque na zona da Figueira da Foz,⁸ em 1 de Agosto de 1808, e às prontas vitórias da Roliça e do Vimeiro (em 17 e 21 desse mês, respectivamente). Contudo, depois da ‘tempestade’ franco-napoleónica não viria a ‘bonança’ luso-britânica ... e não apenas em virtude de duas posteriores invasões de Portugal.⁹ Estranha e inesperadamente, a Convenção de Sintra (o texto ratificador da rendição e retirada francesas) funcionaria, qual *entente cordiale*, como o pomo da concórdia franco-britânica, desencadeando em Portugal e na própria Grã-Bretanha ecos, réplicas e ondas de choque talvez ainda insuficientemente conhecidos e/ou explorados.

Quem porventura quisesse proceder a um levantamento lexical dos adjectivos utilizados para qualificar a Convenção de Sintra na monumental bibliografia disponível em língua portuguesa sobre a Guerra Peninsular, decerto depararia com epítetos como “célebre”, “famosa”, “infeliz”, “famigerada”, “desastrada”, “vergonhosa”, “ignominiosa”, “aviltante”, “polémica”, “controversa”, etc.¹⁰ Palavras fortes, sem dúvida ... No entanto, além de não fazer, evidentemente, sentido endossar à vila culpas ou responsabilidades históricas que lhe não cabem, tal adjectivação é tanto mais intrigante quanto --- por enovelado que o problema permaneça ---¹¹ se crê não ter sido

⁸ A historiografia britânica identifica-a geralmente como “Baía” ou “Foz do Mondego” (*Mondego Bay*); outros autores (por exemplo, Terenas, 2000: 60) apontam, porém, a costa de Lavos, a sul da Figueira, como o efectivo local de desembarque.

⁹ Encabeçadas pelos Marechais Nicholas Soult, Duque da Dalmácia (1769-1851), em 1809, e Jean-André Massena, Duque de Rivoli e Príncipe de Essling (1758-1817), em 1810-11.

¹⁰ Visto não termos por objectivo constituir tal listagem, prescindimos de referências bibliográficas que sobrecarregariam em muito este texto; fica, porém, feito o convite (ou lançado o reptó...) à eventual consideração dos linguistas, historiadores e bibliógrafos.

¹¹ Como se sabe, Byron, ecoado, com prudentes reservas, por João Flor (1986: 41-42), situa tal assinatura no palácio dos Marialvas em Seteais (actual Hotel Palácio) ou “palácio de Seteais”, segundo Maria Laura Bettencourt Pires, que acrescenta: “Foi também em Sintra que veio a instalar-se o quartel general.” (Pires, 1981: 83, n.2) Um outro autor observa: “Segundo a tradição, o acordo que pôs fim à 1ª invasão dos exércitos

sequer assinada em Sintra a Convenção que dela ironicamente tomou e conservou o nome.

Entre as questões susceptíveis de serem abordadas, conta-se a das assinaturas apenas ao texto do armistício (22 de Agosto), estipulando, no rescaldo imediato da vitória do Vimeiro, o cessar-fogo e o fim das hostilidades, e à versão final, mais extensa e pormenorizada, datada do dia 30.¹² De facto, enquanto a primeira é assinada, em nome de Junot, pelo General François-Étienne Kellermann, Conde, depois Duque, de Valmy (1770-1825), que a apresenta ao comando britânico, e *Sir* Arthur Wellesley, o futuro Duque de Wellington (1769-1852), o texto definitivo mantém a assinatura de Kellermann, mas a de Wellesley cede lugar à de George Murray (1772-1846).¹³ Como se explica ou a que se deve esta alteração?

Michael Glover, um dos mais reputados historiadores da Guerra Peninsular e do próprio Wellington, propõe uma interpretação que consubstancia o sempiterno debate entre a “antiguidade” e o “mérito”. Segundo este especialista, embora a Roliça e, sobretudo, o Vimeiro tivessem sido, em larga medida, vitórias pessoais de Wellesley, à data Tenente-General, a sua juventude face a oficiais mais experientes --- que não mais graduados --- como *Sir* Henry (Harry) Burrard (1755-1813) e *Sir* Hew Dalrymple (1750-1830) levaria, durante e imediatamente após a refrega do Vimeiro, a alterações pouco transparentes e mesmo quase caricatas, da cadeia de comando, colocando

napoleónicos teria sido celebrado no palácio de Seteais, daí o chamar-se “Convenção de Sintra”; na realidade, os vencidos assinaram-no em Lisboa (...) e os vencedores ratificaram-no no dia seguinte, no quartel-general de Torres Vedras.” (Araújo, 1988: 200, n.90) enquanto Nuno Simão Ferreira defende: “A Convenção de Sintra foi assinada em Lisboa, a 31 de Agosto de 1808 (...)” (in Sousa (coord.), 2008: I, 522) Numa tentativa louvável de clarificar a questão, escreve Eurico de Ataíde Malafaia: “Há uma *convenção para a suspensão de armas*, (...) assinada em Sintra, (...) a 22 de Agosto de 1808 e uma *convenção definitiva (...) para a evacuação de Portugal* (...), com a data de 30 de Agosto de 1808, (...) ratificada por Junot (...). A Convenção de Sintra foi *apenas* uma convenção para suspensão de armas, sendo a convenção definitiva (...) assinada em Torres Vedras em 30.08.1808.” (in *idem*: I, 44, n.50) Michael Glover recorda, por sua vez: “On the same day [2nd. September] the main army advanced to the area Mafra-Chileros [sic; Cheleiros]-Cintra. Dalrymple established his headquarters at Cintra and it was from there that he wrote his first dispatch, covering the Armistice and the Convention on 3rd. September.” (Glover, 1970: 151)

¹² Embora a Biblioteca Nacional possua um exemplar manuscrito na secção dos Reservados (MSS 259, nº 10, descrito in Ventura e Sousa (coord.), 2007: 83-84), utilizámos as versões inglesas transcritas in Wordsworth, 1983: 199-200 e 201-205; para os correspondentes textos em português e respectivas notas, cf., por exemplo, Almada, 1946: I, 141-157. Deve-se também a Joana Matos Dias, responsável pela tradução de alguns boletins da campanha de Wellesley em 1808 (in Sousa (coord.), 2007: 45-65), uma útil transcrição do texto oficial. (*Idem*: 61-65)

¹³ O quinto boletim do exército, assinado por Dalrymple e datado de Sintra, 3 de Setembro de 1808 (cf. *supra*, n. 11) nada adianta sobre este ponto, registando apenas: “(...) apesar de vários artigos que foram acordados terem sido assinados por *Sir* Arthur Wellesley e pelo General Kellermann (...), finalmente concluiu-se que o Tenente-General Murray, Quartel-Mestre-General do exército Britânico, e o General Kellermann deveriam continuar a negociar os restantes artigos e finalmente elaborar uma convenção para a evacuação de Portugal (...).” (*Idem*: 59) Atente-se no intervalo existente entre este e o boletim imediatamente anterior, datado do Vimeiro, 21 de Agosto de 1808, e ainda assinado por Wellesley.

Wellesley em posição subalterna face a ambos.¹⁴ Na verdade, em despacho de 15 de Julho de 1808, enviado por Robert Stewart, *Lord Castlereagh* (1769-1822), titular da pasta da Guerra e das Colónias e futuro Ministro dos Negócios Estrangeiros, a *Sir Arthur Wellesley* e recebido por este pouco após o desembarque em Portugal, pode ler-se:

I am to acquaint you that His Majesty has been pleased to entrust the command of his troops on the coasts of Spain and Portugal to Lieut.-General Sir Hew Dalrymple, with Lieut.-General Sir Harry Burrard, second in command. (*Apud Glover, 1970: 58-59*)

Noutra obra, o mesmo historiador acrescenta:

(...) on the Foreign Secretary's insistence [George Canning, 1770-1827, futuro Primeiro-Ministro], the cabinet appointed Sir Hew Dalrymple to the command in Portugal. (...) Ministers insisted that a second-in-command be appointed (...). With a poor field available the Horse Guards nominated Sir Henry Burrard (...).

Wellesley had known that he must be superseded if the expedition was to be greatly reinforced. He was almost the most junior lieutenant-general in the army (...) but he would have been less than human if he had not resented the chief command going to two elderly nonentities (...).” (*Idem, 1974: 60*)¹⁵

Para os presentes efeitos, pouco importa averiguar até que ponto esta substituição nas chefias militares britânicas recém-chegadas a Portugal reflecte também colateralmente as tensões existentes entre Canning e Castlereagh no interior do governo de William Bentinck, 3º Duque de Portland (1738-1809), que *Sir Arthur Wellesley*, aliás, integrava como responsável pelos assuntos irlandeses. Do mesmo modo, a manifesta anterioridade da decisão **política** (15 de Julho) face à prestação **militar** (17 e 21 de Agosto), devendo necessariamente ser tida em conta, é, apesar de tudo, um factor secundário, pois Wellesley continuaria a comandar as tropas até à chegada efectiva de Burrard e Dalrymple (em 21 e 22 de Agosto, respectivamente); por outro lado, mesmo

¹⁴ Em *Proceedings upon the Inquiry Relative to the Armistice and Convention Made and Concluded in Portugal in August 1808*, publicado em 1809, apontam-se “(...) the very extraordinary circumstances under which two Commanders in Chief arrived from the ocean, the one during, the other immediately after a battle, and those successively superseding each other, and both the original commander within a space of twenty four hours’.” (*Apud Glover, 1974: 70; cf. infra, n.26*)

¹⁵ No dizer de *Sir John Moore* (1761-1809), que sucederia, por breves meses, a Dalrymple e Burrard no comando das tropas estacionadas na Península, “(...) much was still done by Sir Arthur Wellesley, and what was not done by him was not done at all. (...) It is evident that if any operation is to be carried on it will be miserably conducted, and that seniority in the Army List is a bad guide in the choice of a military commander.” (*Apud idem: 147*)

sabendo que iria ser substituído e ainda que, conforme Glover insinua, a notícia lhe possa ter desagradado, a verdade é que ela não terá manifestamente comprometido o (des)empenho de Wellesley. O que importa, pois, destacar após o Vimeiro é que, tal como a contenção militar e a predisposição e decisão negociais, favorecidas, respectivamente, por Burrard e Dalrymple, viriam a prevalecer sobre a perseguição dos franceses, desejada e defendida pelo futuro “Duque de Ferro”,¹⁶ a assinatura contrariada de Wellesley em 22 de Agosto dever-se-ia única e exclusivamente ao cumprimento de uma ordem ou instrução dada por um superior hierárquico ...¹⁷ De resto, Wellesley depressa terá tomado consciência da infelicidade dessa assinatura, ditada, senão mesmo ‘extorquida’, pela lógica, ética e deontologia militares, desdobrando-se em explicações e justificações marcadas por uma ansiedade indisfarçável e ainda perceptível, passados dois séculos:

From the moment that he signed it Wellesley realised that his signature on the armistice laid him open to attack. Dalrymple’s request to him to sign it had put him into an intolerable position. (...) Instead he steadfastly maintained that he was not responsible. ‘If the Commander of the Forces had given me instructions to negotiate this instrument, and had I then negotiated it, I might have been responsible for its contents; or at all events for the manner in which it was drawn up; but as it is, my signature is a mere form.’

On the day after the agreement was signed he wrote a long private letter to Castlereagh. ‘Although my name is affixed to this instrument, I beg that you will not believe that I negotiated it, that I approve of it, or that I had any hand in wording it. It was negotiated by the General himself in my presence and that of Sir Harry Burrard; and after it had been drawn out by Kellermann himself, Sir Hew Dalrymple desired me to sign it. (...)’

‘I will not conceal from you, my dear Lord, that my situation in this army is a very delicate one. I never saw Sir Hew Dalrymple till yesterday; and it is not an easy task to advise any man on the first day one meets with him. He must at least be prepared

¹⁶ “Burrard had landed from the sea in time to see the last shots fired. Wellesley rode up to him and said, ‘Sir Harry, now is your time to advance, the enemy are completely beaten and we shall be in Lisbon in three days.’ Sir Harry Burrard replied that (...) a great deal had been done very much to the credit of the troops, but that he did not think it advisable to move off the ground in pursuit of the enemy. Wellesley pressed the case for following up the victory but Burrard ‘saw no reason for altering my former resolution of not advancing’. Wellesley ‘turned his horse’s head, and with a cold contemptuous bitterness, said aloud to his aide-de-camp, “You may think about dinner for there is nothing more for soldiers to do this day.” (Glover, 1974: 66-69)

¹⁷ Nas palavras do próprio Wellesley, “Before he [Kellermann] dictated the title he asked Sir Hew Dalrymple who was to sign it, and Sir Hew said himself. General Kellermann then represented that he, Sir Hew, ought not to sign an agreement with an inferior officer, and proposed that I (...) should sign it. Sir Hew then came into another room, where I was, and told me that General Kellermann had proposed that I should sign the instrument, and he asked me whether I had any objection to doing so. My answer was that I would sign any paper he wished me to sign. When it was drawn up, I read it over, and (...) gave it to Sir Hew Dalrymple (...), with an observation that it was a very extraordinary paper. He answered that it did not contain anything that had not been settled, and I then signed it.” (Apud *idem*: 136) Segundo outra fonte, igualmente citada por Glover, “Colonel Torrens recalled that ‘at daylight on the morning of the 23rd, Sir Arthur Wellesley mentioned to me the occurrences which had taken place the evening before; and (...) that he had signed the armistice by the desire of Sir Hew Dalrymple, although he totally disapproved of many points in, and of the tone of the language in which it was drawn up.’” (Apud *idem*: 139)

to receive advice. (...) This is another awkward circumstance which cannot end well; and to tell you the truth, I should prefer going home to staying here. However, if you wish me to stay, I will: I only beg that you will not blame me if things should not go on as you and my friends in London might wish they should.'

A few days later he wrote to another friend [Duque de Richmond] 'I have only to regret that I signed the agreement for a suspension of hostilities without having negotiated. I have already told you the reasons why I did so, but I doubt whether good nature, and a deference to the opinion of an officer appointed Commander-in-Chief on the day of his taking his command, and to his orders, and a desire to avoid being considered the head of a party against his authority, will be deemed sufficient excuses for an act which, on the other grounds, I cannot justify.' (*Apud idem*: 142-144 *passim*)¹⁸

Uma dificuldade, porém, subsiste: como explicar a não assinatura, uma escassa semana mais tarde, da versão final da Convenção de Sintra?¹⁹ Alguns autores mencionam uma recusa pessoal de Wellesley, talvez "(...) por achar que esta não nos fazia justiça" (Pires, 1981: 69), mas eventualmente também por se reconhecer pressionado por Dalrymple e, de certa forma, arrependido da assinatura de 22. Seja como for, na sua introdução à edição facsimilada do ensaio de Wordsworth, Gordon Kent Thomas revela-se crítico da actuação de Wellesley,²⁰ não o isentando de responsabilidades na celebração do polémico documento, e o sentir dominante da opinião pública britânica nesse Outono de 1808 aponta, como veremos, na mesma direcção.

Mesmo não sendo esse o nosso objectivo, qualquer análise global da Convenção de Sintra enquanto facto e documento históricos jamais invalidaria ou excluiria, como é lógico, uma focagem particular das cláusulas do articulado, designadamente as mais polémicas. Assim, e sem que se pretenda condicionar ou tolher a liberdade individual de selecção, será difícil não destacar a ausência das autoridades políticas portuguesas, civis

¹⁸ Alguns dias mais tarde, em 5 de Setembro, Wellesley viria a solicitar de Castlereagh autorização oficial para deixar o exército aliado, confessando: "It is quite impossible for me to continue any longer with this army; and I wish, therefore, that you would allow me to go home and resume the duties of my office, if I should still be in office, and if it is convenient to the government that I should retain it; or if not, that I should remain upon the staff in England; or, if that should not be practicable, that I should remain without employment. You will hear from others of the various causes which I must have for being dissatisfied, not only with the military and other measures of the Commander-in-Chief, but with his treatment of myself. I am convinced it is better for him, for the army, and for me, that I should go away; and the sooner I go the better." (*Apud idem*: 152-153)

¹⁹ "(...) on the 31st, in the presence of all the lieutenant-generals except Wellesley, Dalrymple ratified the Convention at his headquarters at Torres Vedras (...) whither he had moved them the previous day. The final Convention followed fairly close the lines laid down in the Armistice (...)." (*Idem*: 150)

²⁰ "In the years since 1808, the Duke of Wellington's great and deserved reputation has (...) drowned out the voices of his critics at the time of the Convention. His later status as a national hero and nemesis of tyranny today seems not at all diminished by his signature on that documents which once caused such a furor. Those who think at all of the Cintra episode in his life tend to defend him as duped by the other English generals – a view, though, hard to sustain in the light of evidence showing the earliest draft of the Convention, including all of its most objectionable features, to be his alone." (in Wordsworth, 1983: vii)

e militares, do processo negocial; a salvaguarda da posse e do transporte para França, a bem e em nome da propriedade privada e sob escolta britânica, dos produtos dos saques e das pilhagens praticados; e a própria substituição, no castelo de S. Jorge, da tricolor bandeira francesa por uma isocromática *Union Jack*,²¹ talvez em devota homenagem ao santo anglo-português por excelência ...

As reacções não se fizeram esperar, sendo de destacar a “Protestação” apresentada pelo General Bernardim Freire de Andrade e Castro,²² de quem Wellesley já havia discordado por razões operacionais e logísticas, pouco após o desembarque britânico (cf. Glover, 1970: 75-76), mas também a observação de William Carr Beresford (1768-1854),²³ além de comentários coevos (cf. *supra*, n.5 e 6) e de avaliações, mais serenamente objectivas ou mais inflamadamente patrióticas,²⁴ produzidas por historiadores, comentadores e analistas da aliança anglo-portuguesa e não raro marcadas por ‘ismos’, ‘filias’ e ‘fobias’ que se entrecrocavam e degladiavam entre si. Seja como for, a estupefacção e indignação causadas pela Convenção de Sintra na

²¹ A mesma fonte di-lo-ia com total clareza: “The French flag over Lisbon was lowered, but it was the English flag, not the Portuguese, which replaced it.” (*Idem*: vi) Medindo as palavras, Wordsworth comentaria assim este facto: “It is no excuse to say that this was not intended. Such inattentions are among the most grievous faults which can be committed; and are impossible, when the affections and understandings of men are of that quality, and in that state, which are required for a service in which there is any thing noble or virtuous.” (*Idem*: 74-75)

²² “Protestação que faz Bernardim Freire de Andrade, General Comandante das Tropas Portuguesas contra os Artigos da Capitulação, convencionada e assinada pelos Generais dos Exércitos Inglês e Francês para a evacuação de Portugal.”, datada do Quartel-General da Lourinhã, 24 de Agosto de 1820; para uma transcrição deste texto em português actual, cf. Isabel Oliveira Martins in Sousa (coord.), 2007: 358-359.

²³ “The British were hardly more popular with the Portuguese than the French. Beresford wrote from Lisbon to Wellesley that: ‘The people here of every class are enraged to the highest degree, and this treaty has lowered as much in their estimation’. Dalrymple was besieged with further protests about his neglect of Portuguese interests and matters were scarcely improved when, acting on a discretion given him by London, he appointed a new Portuguese Council of Regency.” (Glover, 1970: 154-155)

²⁴ Como representativas destas últimas, citaremos as seguintes, mantendo-se a grafia original, por inteligível e para evitar a proliferação do recurso a [sic]:

“Durante toda a campanha ficou bem patente, menos para os amadores de ilusões, que o intento da Inglaterra não era o de defender Portugal, mas sim o de cuidar exclusivamente dos seus interesses. Desde o princípio, os seus generais moveram-se sistematicamente ao longo da costa marítima, para terem mais facilidade de fugir para bordo no caso de que os soldados portugueses não se agüentassem bem. (...)”

É então assinada a Convenção de Sintra.

A Inglaterra trata directamente com Junot. Nem as autoridades portuguesas nem os seus generais foram ouvidos!!! (...)

O conhecimento da Convenção de Sintra provocou em todo o país indignação geral.

Os próprios escritores ingleses não ousaram encobrir a vilania, mas pretenderam embuçá-la declarando que a Convenção de Sintra fôra mal recebida pela opinião pública tanto portuguesa como britânica.” (Claro, 1943: 148-149) e ainda “(...) essa capitulação mostrou logo que Portugal apenas ia mudar de senhores, e que os novos seriam ainda mais altivos e desprezadores, mais desattentos aos nossos interesses, do que os antigos. Apesar d’existir no nosso paiz um governo nacional revolucionario, a junta do Porto, apesar da Inglaterra reconhecer a casa de Bragança como soberana legitima de Portugal, apesar de terem cooperado com Wellesley muitos generaes portuguezes, a convenção de Cintra fez-se unicamente por auctoridade dos inglezes e em nome d’elles, sem os principaes interessados serem ouvidos nem attendidos. Mais ainda. Os *fieis aliados*, mostrando bem que só para si trabalhavam e só com as suas conveniencias se importavam, consentiram que os francezes levassem comsigo, ao retirarem para a patria, quanto haviam roubado, e, deixando-os sair livremente, nada estipularam em favor d’uma legião portugueza que estava como prisioneira em França, servindo contra vontade no exercito de Napoleão!” (Anónimo, 1942: 140)

opinião pública britânica a partir de meados de Setembro, duas curtas semanas após a recepção eufórica da notícia do Vimeiro (cf. Glover, 1970: cap. 9, 158-177), seriam suficientemente importantes para ditar a constituição de uma comissão militar e a abertura de um inquérito à actuação do comando em Portugal,²⁵ inquérito esse que teve lugar no Salão Nobre (*Great Hall*) do Hospital Real de Chelsea entre 14 de Novembro e 27 de Dezembro de 1808 e do qual existem registos documentais acessíveis, tanto na Biblioteca Nacional, quanto em suporte electrónico.²⁶ Mas --- e apesar das actuais possibilidades de acesso à informação --- o que conhece verdadeiramente o investigador anglo-português, historiador ou não, de todo esse processo, em termos das investigações, dos arrolamentos e das audições efectuados, das conclusões apuradas e das respectivas consequências militares e políticas?²⁷

Identificadas que ficam algumas vertentes, apresentaremos em seguida alguns testemunhos heterogêneos sobre a Convenção de Sintra, susceptíveis, como se disse, de animar um projecto de re-exame da mesma, em termos da sua recepção além-Mancha.

II

O texto de William Wordsworth, cujo título abreviamos, por comodidade, para *The Convention of Sintra* (1809),²⁸ pode ser apresentado como um ensaio filosófico-político --- quase uma ‘carta aberta’ --- sobre os valores e princípios éticos e morais que, na perspectiva do autor e no mais lato contexto da mundividência romântica, deveriam

²⁵ Como lembra João Almeida Flor, “De facto, pela inexplicada benevolência para com o invasor derrotado, a Convenção suscitaria tão activo repúdio na opinião pública e na classe política britânica, que foi alvo de um inquérito parlamentar, para apuramento de responsabilidades e para eventual punição do modo escandalosamente inábil como havia decorrido a sua negociação. Como se imagina, o desfecho inconclusivo do processo veio contribuir para a frustração de todas as expectativas e para reforçar as vozes de oposição à política externa do Governo britânico (...).” (in Sousa (coord.), 2008: I, 532)

²⁶ Cf. *The proceedings upon the inquiry, relative to the armistice and convention, &c. made and concluded in Portugal in August, 1808, between the Commanders of the British and French Armies ...*, London: printed for T. Egerton, Military Library, 1809 (Item nº 84 in Ventura e Sousa (coord.), 2007: 108, já citado *supra*, n.14) e o “Inquiry into the Convention of Cintra 1808” in <http://www.napoleon-series.org/research/government/diplomatic/c_inquiry.html> (consultado em 13.10.2008). Em termos de fontes secundárias, cf. Glover, 1970: cap. 10, 178-198, além dos *links* supracitados (n.15).

²⁷ Embora Wellesley, Burrard e Dalrymple, mesmo ilibados, tenham sido exonerados e o comando das tropas britânicas na Península entregue, como vimos, a Sir John Moore, em 27 de Janeiro de 1809, Wellesley mereceria um voto de louvor da Câmara dos Comuns pela vitória do Vimeiro e regressaria em breve a Portugal; quanto a Burrard e a Dalrymple, passariam à reserva territorial, se bem que Burrard tenha mantido o título de Barão de Lymington, que ostentava desde 1807, e Dalrymple sido agraciado com a baronia de High Mark, co. Wigtown, em 1815.

²⁸ *Concerning the Relations of Great Britain, Spain, and Portugal, to Each Other, and to the Common Enemy, at this Crisis; and Specifically as Affected by the Convention of Cintra: The whole brought to the test of those Principles, by which alone the Independence and Freedom of Nations can be Preserved or Recovered.*

subjazer e presidir às práticas e orientações de uma governação atenta aos mais íntimos, profundos e orgânicos anseios das nações e dos povos,²⁹ como a liberdade, a independência, a soberania e a auto-determinação.³⁰ Concebido originalmente para publicação no periódico *London Courier*, devido à extensão acrescida do texto e a vicissitudes reconhecidas pelo próprio Wordsworth no “Advertisement”, datado de 20 de Maio de 1809, apenas dois excertos viriam, de facto, a aparecer nos números de 27 de Dezembro de 1808 (por sinal, o último dia do inquérito de Chelsea) e 13 de Janeiro de 1809. Isto significa, por outras palavras, que a edição integral em livro ocorre já cerca de nove meses após a assinatura da Convenção de Sintra,³¹ numa altura em que até a 2ª invasão francesa de Portugal, comandada por Soult, havia terminado, o que provavelmente terá retirado alguma actualidade tópica e intensidade panfletária ao ensaio de Wordsworth.³²

Independentemente da veracidade dos factos atinentes à Convenção, esta obra, não raro repetitiva, digressiva e abstracta, tem, quanto a nós, como principal motivo de interesse a possibilidade de acesso a uma faceta nem sempre muito focada do patriarca romântico: a cívico-política. De facto, *The Convention of Cintra* atesta a presença de um observador atento das realidades político-militares do seu tempo; de um homem capaz de conjugar reflexões ético-morais genéricas com a desconstrução, por vezes surpreendentemente incisiva, das cláusulas mais controversas dos textos de 22 e 30 de Agosto³³ e a questionação desassombrada dos procedimentos das classes militar e

²⁹ Como representativo desta ideia, cite-se o seguinte passo: “(...) the cause of the People, in dangers and difficulties issuing from (...) oppression, is safe while it remains not only in the bosom but in the hands of the People; or (what amounts to the same thing) in those of a government which, being truly *from* the People, is faithfully *for* them.” (Wordsworth, 1983: 154)

³⁰ Como nota Gordon Kent Thomas na Introdução: “Wordsworth wrote not as a historian nor as a journalist but as a poet and a moral philosopher. His concern was not really to name those responsible for the Convention, nor to reveal its true military causes nor its verifiable effects. The military and political events of 1808 were for Wordsworth a springboard into a bold enquiry into how far such ideal aspirations as individual freedom and national independence and international cooperation can be related to moral and intellectual principles. Such an enquiry was and is a constant need, and rarely met.” (In *idem*: ix)

³¹ Facto que Wordsworth não hesita em apresentar, logo na abertura, como “(...) one of the most important events of our time.” (*Idem*: 3)

³² A título de curiosidade, sugere-se a leitura de “Composed while the Author was engaged in Writing a Tract, occasioned by the Convention of Cintra” e “Composed at the same Time and on the same Occasion”, dois sonetos redigidos em Novembro ou Dezembro de 1808, integrados na 2ª parte de *Poems dedicated to National Independence and Liberty* e publicados em 1815. (Wordsworth, 1942: 313-314)

³³ Tal é o caso, por exemplo, do artigo I do texto do armistício, questionando a legitimidade e legalidade do título imperial de Bonaparte (Wordsworth, 1983: 69ss), matéria que poderá relacionar-se com a nomeação de Junot, por Wellesley, como Duque de Abrantes, na proclamação de 4 de Agosto aos portugueses (*Idem*: 47-48), bem como dos artigos I, IV e XII do texto definitivo, sobre a posse e entrega de castelos e fortalezas, armamentos e munições (*Idem*: 74-75), dos artigos V e XVI, sobre os bens próprios dos invasores (*Idem*: 75ss), e do artigo XVII, sobre os colaboracionistas portugueses (*Idem*: 77ss). Globalmente falando, Wordsworth visa denunciar “(...) the political injustice and moral depravity which are stamped upon the front of this agreement, and pervade every regulation which it contains.”

política. Essa tensão e esse confronto entre práticas e princípios animam algumas dezenas de passagens relevantes e potencialmente citáveis, o que seria, porém, impraticável; mas pela sua veemência (naturalmente servida pelos dotes oratórios e retóricos do bardo laquista), sempre destacaríamos as seguintes, sobre a reacção do povo britânico à divulgação da Convenção de Sintra:

Wherever the tidings were communicated, they carried agitation along with them (...). Not a street, not a public room, not a fire-side in the island which was not disturbed as by a local or private trouble; men of all estates, conditions, and tempers were affected apparently in equal degrees. (...) there was an under-expression which was strange, dark, and mysterious --- and (...) we were astonished like men who are overwhelmed without forewarning --- fearful like men who feel themselves to be helpless, and indignant and angry like men who are betrayed. In a word, it would not be too much to say that the tidings of this event did not spread with the commotion of a storm which sweeps visibly over our heads, but like an earthquake which rocks the ground under our feet.” (Wordsworth, 1983: 3-4)

As soon as the truth was known, never was there such a burst of rage and indignation --- such an overwhelming of stupefaction and sorrow. (*Idem*: 48)

Bitter was the sorrow of the people of Great Britain when the tidings first came to their ears, when they first fixed their eyes upon this covenant --- overwhelming was their astonishment, tormenting their shame, their indignation was tumultuous; (...) For they, who had signed and ratified it, had not only glaringly exceeded all power which could be supposed to be vested in them as holding a military office; but, in the exercise of political functions, they had framed ordinances which neither the government, nor the nation, nor any power on earth, could confer upon them a right to frame: therefore the contract was self-destroying from the beginning. (*Idem*: 95-96)

Ou a inexistência de contactos com os Portugueses e referências a Portugal:

It occasioned regret and perplexity, that they [the reflecting persons] had not heard more of the Portuguese [sic]. They knew what that People had suffered, and how they had risen; (...) Why then, it was asked, do we not hear more of those who are at least coequals with us, if not principals, in this contest? They appeared to have had little share in either engagement; (...) and, while the French were abundantly praised, no word of commendation was found for *them*. Had they deserved to be thus neglected? (*Idem*: 44-45)

(*Idem*: 68), metaforizando os vinte e cinco artigos (incluindo os três adicionais) que compõem o documento como “(...) a long ladder into a deep abyss of infamy!” (*Idem*: 89).

(...) an instrument, where we not only look in vain for the name of the Portuguese [sic] Sovereign, or of the Government which he appointed, or of any heads or representatives of the Portuguese [sic] armies or people as a party in the contract (...). (*Idem*: 69)

We enter the Portuguese [sic] territory as allies; and, without their consent --- or even consulting them, we proceed to form the basis of an agreement, relating --- not to the safety or interests of our own army --- but to Portuguese [sic] territory, Portuguese [sic] persons, liberties, and rights, --- and engage, out of our own will and power, to include the Portuguese [sic] army, they or their Government willing or not, within the obligation of this agreement. (*Idem*: 70)

In whatever circumstances Portugal had been placed, the paramount right of the Portuguese [...] nation, or government, to appear not merely as a party but a principal, ought to have been established as a primary position, without the admission of which, all proposals to treat would be peremptorily rejected. But the Portuguese [...] *had* a government; they had a lawful prince in Brazil; and a regency, appointed by him, at home; and generals, at the head of considerable bodies of troops, appointed also by the regency or the prince. (*Idem*: 73)

Ou ainda a avaliação do comportamento do comando britânico:

For they [Dalrymple and Wellesley] had changed all things into their contraries, hope into despair; triumph into defeat; confidence into treachery (...); justice into the keenest injury. --- Whom had they delivered but the Tyrant in captivity? Whose hands had they bound but those of their Allies (...)? Whom had they punished but the innocent sufferer? Whom rewarded but the guiltiest of Oppressors? They had reversed every thing: --- favour and honour for their enemies --- insult for their friends --- and robbery (they had both protected the person of the robber and secured to him his booty) and opprobrium for themselves; --- to those over whom they had been masters, who had crouched to them by an open act of submission, they had made themselves servants, turning the British Lion into a beast of burthen [sic], to carry a vanquished enemy, with his load of iniquities, when and whither it had pleased him. (*Idem*: 49)

The British Generals acted as if they had no purpose but that the enemy should be removed from the country in which they were, upon *any* terms. Now the evacuation of Portugal was not the prime object, but the manner in which that event was to be brought about; this ought to have been deemed first both in order and importance; --- the French were to be subdued, their ferocious warfare and heinous policy to be confounded; and in this way, and no other, was the deliverance of that country to be accomplished. It was not for the soil, or for the cities and forts, that Portugal was valued, but for the human feeling which was there; for the rights of human nature which

might be there conspicuously asserted; for a triumph over injustice and oppression there to be atchieved [sic] (...). (*Idem*: 63-64)

(...) our Generals (and with them our Ministers, as far as they might have either given directions to this effect, or have countenanced what has been done) --- when it was their paramount duty to maintain at all hazards the noblest principles in unsuspected integrity; (...) not only did not perform this duty, but descended as far below the level of ordinary principles as they ought to have mounted above it; --- imitating not the majesty of the oak with which it lifts its branches towards the havens, but the vigour with which (...) it strikes its roots downwards towards hell: (...). (*Idem*: 68-69)

(...) we, instead of triumphantly displaying our power towards our enemies, have ostentatiously exercised it upon our friends; reversing (...) the practice of sense and reason; --- conciliatory even to abject submission where we ought to have been haughty and commanding, --- and repulsive and tyrannical where we ought to have been gracious and kind. (*Idem*: 71)

We had power to give a brotherly aid to our allies in supporting the mighty world which their shoulders had undertaken to uphold; and, while they were expecting from us this aid, we undermined --- without forewarning them --- the ground upon which they stood. The evil is incalculable; and the stain will cleave to the British name as long as the story of this island shall endure. (*Idem*: 126)

Suficientemente documentadas que ficam as posições de Wordsworth, transitamos agora da 1ª para a 2ª geração romântica, na pessoa, não menos emblemática, de *Lord Byron*. Como é sabido, a alusão à Convenção de Sintra surge inserida nas celebérrimas e citadíssimas estrofes dedicadas à vila em *Childe Harold's Pilgrimage* (Byron, 1989: I, xviii e seguintes, 183-185), mas nas quais não nos deteremos; registre-se apenas, sem outro comentário que não seja para lembrar a nomeação de Seteais como o local de assinatura da Convenção (cf. *supra*, n.11), a evidente sintonia moral e mental entre estas duas figuras cimeiras do Romantismo inglês:

Behold the hall where chiefs were late convened!
Oh! dome displeasing unto British eye!
(...)
Convention is the dwarfish demon styled
That foil'd the knights in Marialva's dome:
Of brains (if brains they had) he them beguiled,

And turned a nation's shallow joy to gloom.
Here Folly dash'd to earth the victor's plume,
And Policy regain'd what arms had lost:
For chiefs like ours in vain may laurels bloom!
Woe to the conqu'ring, not the conquer'd host,
Since baffled Triumph droops on Lusitania's coast!

And ever since that martial synod met,
Britannia sickens, Cintra! at thy name;
And folks in office at the mention fret,
And fain would blush, if blush they could, for shame.
How will posterity the deed proclaim!
Will not our own and fellow nations sneer,
To view these champions cheated of their fame,
By foes in fight o'erthrown, yet victors here,
Where Scorn her finger points through many a coming year?
(*Idem*: I, xxiv-xxvi, 184-185)

Os últimos exemplos que apresentaremos, decerto menos conhecidos do que o ensaio de Wordsworth e o poema de Byron, sem prescindirem do suporte verbal, adicionam-lhe a sempre importante mais-valia da imagem, entreabrindo aos estudiosos de cultura, nas suas acepções e concepções mais amplas, as plurais possibilidades de representação e análise semiótico-discursivas da Convenção de Sintra.

Na abertura do catálogo da exposição “Caricatura política inglesa alusiva a Portugal 1801-1833”, realizada pelo Instituto Britânico no já distante ano de 1971, escreve Fernando Rau:

Ao contrário da estampa histórica convencional, tecendo encómios do Estado, sucessos guerreiros ou retratos-elogio dos grandes personagens, a caricatura é mais o eco do quotidiano, do momento circunstancial, o comentário vivo e espontâneo do acontecimento. Revela episódios inéditos da vida social, aspectos ignorados da opinião pública, atitudes controversas, protestatárias, inconformistas...

Os estudos históricos baseados na caricatura estrangeira sobre Portugal não se desenvolveram. Por regra geral, o historiador observa menos a linguagem do desenho do que analisa um texto. Por velha pecha também, a caricatura, tida como objecto desprezível [sic], tem vivido excluída da ordem dos estudos respeitáveis. A sua linguagem simples, desabusada, irreverente, não tem o rigor académico. Acrescente-se a isto que os arquivos oficiais, lentos, como sempre, em reconhecer o valor e o significado das coisas, não a guardam nem consideram. A penúria, o isolamento ou a dispersão das colecções, mais acanha o âmbito do investigador. (Rau (org.), 1971: s.n.)

A aplicação deste juízo ao caso britânico merece-nos dois apontamentos telegráficos: o primeiro para recordar a existência, desde, pelo menos, o século XVIII, de uma sólida tradição visual de sátira e caricatura, assente em nomes como Thomas Rowlandson (1756-1827), James Gillray (1757-1815), Isaac Cruikshank (1756-1811) e o seu filho George (1792-1878), mas também presente na literatura panfletária, no emergente jornalismo periódico, na baladística popular e na poesia, na narrativa e no teatro de Setecentos, em geral; e o segundo para, na linha dos impulsos antropológicos e sociológicos do século XIX, evocar a dignificação plena destes materiais como potenciais fontes primárias dos Estudos de Cultura, à semelhança, por exemplo, dos *Boys' Weeklies* e da “newer mass art” sobrevoados, respectivamente, por George Orwell (1903-1950) em *Inside the Whale* (1940) e Richard Hoggart (1918-) em *The Uses of Literacy* (1957).

Do catálogo organizado por Fernando Rau constam pelo menos sete caricaturas (nos. 13-19) que aludem, de forma explícita, à Convenção de Sintra;³⁴ sabemos-lo através das notas descritivas, uma vez que o catálogo apenas reproduz uma dessas obras, numerando-a como a 16ª (E não a 15ª, conforme consta da respectiva descrição). Não podemos também deixar de lamentar a inexistência de quaisquer indicações sobre a localização das peças, mesmo admitindo que contactos a efectuar junto do Instituto Britânico (e, em última análise, da *British Library*) poderiam colmatar tal omissão.

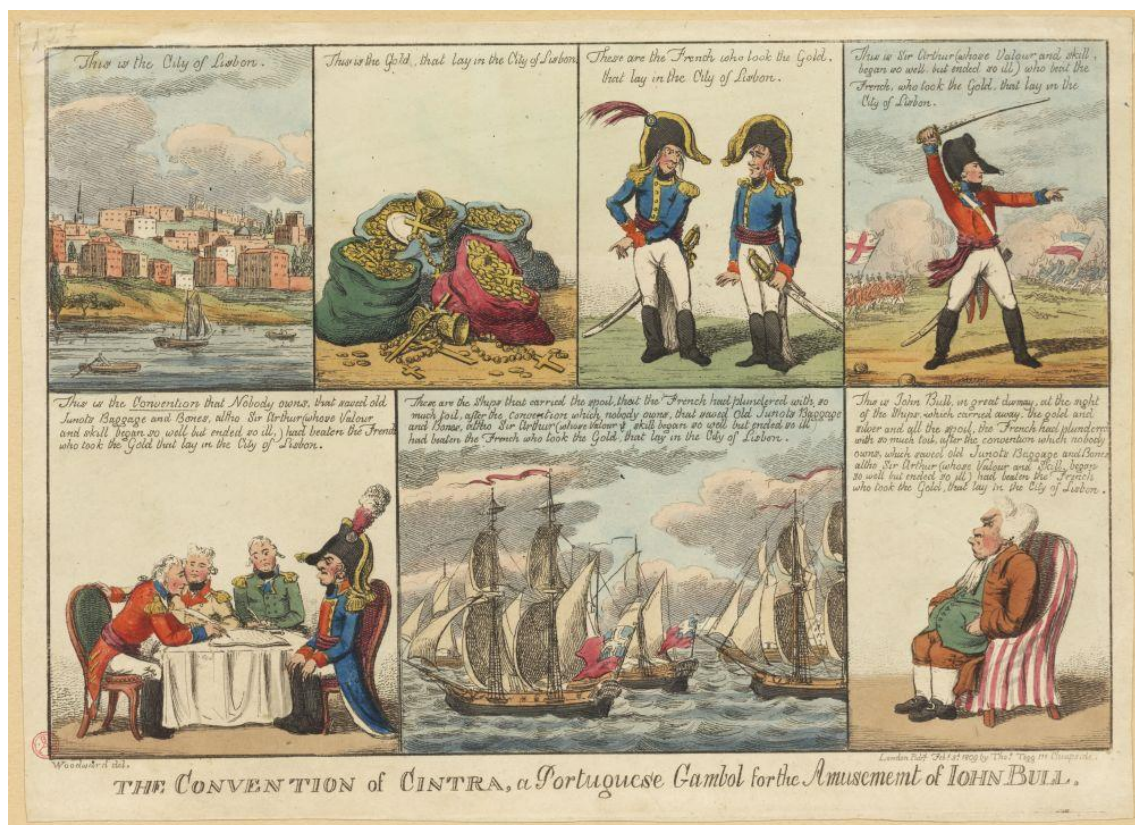
Conicionados que estamos pelas caricaturas editadas, fixemo-nos então em *The Convention of Sintra; a Portuguese gambol for the amusement of John Bull* (nº 18). Na verdade (e surpreendentemente, quanto a nós), trata-se de uma obra não reproduzida no catálogo da exposição do Instituto Britânico em Portugal (1971), nem no da correspondente mostra levada a cabo pela Biblioteca Nacional (2007), se bem que surja referenciada e a BNP disponibilize também uma versão digital.³⁵ É essa caricatura que,

³⁴ São elas, respectivamente: “John Bull perusing the Extrordinary Gazette!!!” (Anónima, mas atribuída a G. ou I. Cruikshank e datada de 10 de Outubro de 1808); “Patriotic petitions on the Convention” (J. Gillray, 20 de Outubro de 1808); “A Portugal catch for three voices” (Anónima, atribuída a C. Williams, Outubro de 1808); “The loyal address! or The procession of the Hampshire-hogs from Botley to St. James’s” (J. Gillray, 20 de Outubro de 1808); “Quakers conversing on the affairs of Portugal” (Anónima, atribuída a C. Williams, Outubro de 1808); “The Convention of Sintra; a Portuguese gambol for the amusement of John Bull” (G. Woodward, 3 de Fevereiro de 1809), que examinaremos mais em pormenor; e, por último, “A Bird’s eye view” (Marca de W. Heath, sem data, c. 1809).

³⁵ “WOODWARD, George, ca 1760-1809

The Convention of Cintra, a Portuguese Gambol for the amusement of Iohn Bull [Visual gráfico] / Woodward del. – London : Tho.s Tegg, 1809. – 1 gravura : água-forte, aguarelada ; 22x33cm (esquadria)
 Página web da BNP, <http://purl.pt/369/1/ficha-obra-convencao_sintra.html> (...) BNP - *Portugal visto por estrangeiros...*, 1981, nº 61. – Duas bandas desenhadas com sete quadros, cada um com longa legenda narrativa

com os reconhecimentos e agradecimentos devidos à Biblioteca Nacional de Portugal, reproduzimos abaixo, transcrevendo, por uma questão de legibilidade, as respectivas legendas³⁶ e sublinhando como a visualidade da banda desenhada (vulgo “histórias aos quadrinhos”) se conjuga com a verbalidade da *incremental repetition*³⁷ característica de alguma poesia e música tradicionais como, por exemplo, *The House that Jack Built* ou *The Twelve Days of Christmas*.



(Disponível em <<http://purl.pt/429>>) BNP E. 1517V.” (Ventura e Sousa (coord.), 2007: nº 471, p. 198)

³⁶ “This is the City of Lisbon . / This is the Gold , that lay in the City of Lisbon. / These are the French who took the Gold , that lay in the City of Lisbon. / This is Sir Arthur (whose Valour and skill , began so well, but ended so ill) who beat the French, who took the Gold , that lay in the City of Lisbon. / This is the Convention that Nobody owns, that saved old Junots [sic] Baggage and Bones, altho [sic] Sir Arthur (whose Valour and skill began so well but ended so ill,) had beaten the French who took the Gold that lay in the City of Lisbon . / These are the Ships that carried the spoil, that the French had plundered with so much toil, after the Convention which nobody owns , that saved Old Junots Baggage and Bones, altho Sir Arthur (whose Valour & skill began so well but ended so ill) had beaten the French who took the Gold, that lay in the City of Lisbon . / This is John Bull, in great dismay, at the sight of the Ships, which carried away, the gold and silver and all the spoil, the French had plundered with so much toil, after the convention which nobody owns, which saved old Junots Baggage and Bones altho Sir Arthur (whose Valour and Skill began so well but ended so ill) had beaten the French who took the Gold, that lay in the City of Lisbon.”

³⁷ Sobre este conceito, introduzido por F. B. Gummere, escreve Alan Bold: “Incremental repetition is probably the most readily identifiable of ballad characteristics. By this device a stanza repeats the previous stanza with some significant addition that advances the narrative.” (Bold, 1979: 29)

Encerraremos este ensaio com a apresentação de um curioso mapa do litoral português, também ele confiado à Biblioteca Nacional e disponível em versão digital (JPEG).³⁸ O documento, que pode ser visualizado na íntegra e/ou por secções,³⁹ abarca o território entre parte da costa estremenha e o estuário do Sado,⁴⁰ devendo acrescentar-se que, apesar da reconhecibilidade da representação cartográfica, o mapa enferma de alguma ‘geometrização’ e ‘estilização’, bem como de incorrecções na grafiação dos topónimos que lográmos identificar; o apuramento dos restantes, a avaliação do rigor topográfico e cartográfico da informação fornecida e, bem assim, a comparação desta carta com anteriores representações deste trecho do território português (caso existam) constituem exercícios e desafios aliciantes, mas que, logicamente, deixamos à consideração preferencial de geógrafos e historiadores portugueses, britânicos e ... anglo-portugueses.

Pela mesma ordem de ideias, afigura-se-nos da maior relevância e importância procurar estabelecer se seria ou não possível (e faria ou não sentido) traçar-se algum tipo de correspondência ou paralelo entre as localidades nomeadas por John Luffman (ele próprio um geógrafo, conforme discretamente se indica no título), as movimentações e acções das tropas anglo-lusas no terreno e aquilo que, mercê de materiais como os referidos nas páginas introdutórias, delas ia sendo divulgado e conhecido na Grã-Bretanha de há dois séculos. Os dados aduzidos fazem-nos inclinar para uma resposta afirmativa, mas, como se disse, tratar-se-ia de um projecto pluridisciplinar e internacional que excede em muito o âmbito, os limites e as intenções deste artigo. Em todo o caso, parece-nos indispensável chamar a atenção para a legenda inscrita na base desta carta, uma vez que, a ser contemporânea da sua impressão, ela faz ruir pela base a data que lhe está oficialmente atribuída (1804):

³⁸ Passamos a transcrever a respectiva ficha bibliográfica (Visualização ISBD):
“[554991]

LUFFMAN, John, fl. 1776-1820

Lisbon [Material cartográfico / by I. Luffman. - Escala [ca. 1: 470000], 5 miles [69 ao grau = [1, 70 cm]. - London : I. Luffman, 1804. - 1 carta : color.; 24,40 x 20,00 cm em folha de 28,60 x 22,60cm. <http://purl.pt/1574>.”

³⁹ Nesse caso interessa-nos sobretudo o primeiro --- A1 --- dos seis painéis, sito no topo esquerdo.

⁴⁰ Este mapa dá como limites, a Norte, o “Merceira River” (Rio Maceira?), unindo “Vimeira” (Vimeiro) a “S.P.Daca” (S. Pedro da Cadeira?) e, a Sul, na Península de Tróia, a “Punta de Faro” (?) e a própria “Troya”. De permeio, e cingindo-nos à secção A1, percorrida junto à costa no sentido Norte-Sul, ficam “Mangelor” (?), “Formigal” (?), “Ericeira” (praticamente à latitude de “Torres Vedras”...), “Mafra”, “Chilheros” (Cheleiros), “Monte Lavor” (Montelavar), “Carvoeira”, “Collares”, “Cabo de Roxo or the Rock” (Cabo da Roca), etc. Sintra (“Cintra”), naturalmente, também figura, a Sueste de Colares.

LISBON, one of the first cities of Europe and capital of the Kingdom of Portugal : the Port, or, Harbour, is upwards of fifteen miles in length & from three to seven in breadth and is esteemed as one of the best in the world. It was taken by the French under Gen.l Junot. Nov.r 1807, and surrendered to the English by the Convention of Cintra. Aug.t 1808. Lat.e 38.42. Long.e 9.5 W. from London. (<<http://purl.pt/1574>>; cf. secções A3 e B3)



Permita-se-nos, a concluir, uma nota pessoal: conforme tivemos já oportunidade de sustentar (Alarcão, 2008), através de uma valorização estético-cultural (poético-literária e pictórica, mas também histórica, arquitectónica, paisagística e, afinal, ‘turística’) empreendida pelo gosto e pela sensibilidade românticos, Sintra depressa se libertaria das imerecidas grilhetas que a Convenção de 1808 lhe havia imposto. Mas isso é outra história.

Bibliografia selectiva utilizada

ALARCÃO, Miguel. s.d. “*Ut pictura poesis*: Sintra romântica na encruzilhada das artes”. Comunicação inédita, apresentada ao Congresso Internacional “Do Brasil a Macau: Narrativas de Viagens e Espaços de Diáspora” (10-14.09.2008), organizado pelo Centro de Estudos Anglisticos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em colaboração com o Nottingham Trent Centre for Travel Writing Studies, Nottingham Trent University.

ALMADA, José de. 1946. *A Aliança Inglesa. Subsídios para o seu estudo*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa/Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2 vols.

ANÓNIMO. 1942 [1883]. *A Dominação Inglesa em Portugal. O que é e de que nos tem servido a aliança de Inglaterra. Por um compatriota de Gomes Freire d’Andrade*. Lisboa: Editor - João António Rodrigues Fernandes; reed. Sociedade Editora “Europa”.

ARAÚJO, Agostinho. 1988. “O palácio neogótico de Monserrate e a sua leitura ao longo do pré-romantismo (1791-1836)”. In *Romantismo – Sintra nos Itinerários de um Movimento* (Actas do I Congresso Internacional de Sintra sobre o Romantismo). Sintra: Instituto de Sintra, vol. II, 177-214.

BERKELEY, Alice D. 1991. *New Lights on the Peninsular War. International Congress on the Iberian Peninsula. Selected Papers 1780-1840* (Actas do Congresso realizado na Fundação Calouste Gulbenkian, 24-26 Junho 1989). Lisboa: The British Historical Society of Portugal.

BOLD, Alan. 1979. *The Ballad*. London/New York: Methuen & Co. Ltd., “The Critical Idiom”, nº 41.

BYRON, George Gordon, *Lord*. 1989. *Poetical Works*. Edited by Frederick Page. Oxford/New York: Oxford University Press.

CLARO, João V. [1943]. *A Aliança Inglesa (História e fim dum Mito)*. Lausanne: Editorial Liberta.

FLOR, João Almeida. 1986. “Byron e os sentidos da peregrinação romântica”. In *Romantismo – Da Mentalidade à Criação Artística* (Actas do I Congresso Internacional de Sintra sobre o Romantismo). Sintra: Instituto de Sintra, vol. I, 33-42.

--- 2003. “Wordsworth’s Cintra Revisited”. In *Estudos Anglo-Portugueses. Volume de Homenagem a Maria Leonor Machado de Sousa*. Ed. Carlos Ceia, Isabel

Lousada e Maria João da Rocha Afonso. Lisboa: Edições Colibri/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Centro de Estudos Anglo-Portugueses: 191-197.

GLOVER, Michael. 1970. *Britannia Sickness: Sir Arthur Wellesley and the Convention of Cintra*. London: Leo Cooper.

--- 1974. *The Peninsular War, 1807-1814: A Concise Military History*. London: David & Charles/Connecticut, Archon Books.

HORWARD, Donald D. 2007. "The Peninsular War, Wellington, and American Scholarship". In *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*. Dir. Maria Leonor Machado de Sousa. Lisboa: Fundação para a Ciência e a Tecnologia/Centro de Estudos Anglo-Portugueses, nº 16: 9-22.

PIRES, Maria Laura Bettencourt. 1981. *Portugal visto pelos Ingleses*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Estudos Comparados de Línguas e Literaturas Modernas da Universidade Nova de Lisboa, "Textos de Literatura", nº 9.

RAU, Fernando (org.). 1971. *Caricatura política inglesa alusiva a Portugal 1801-1833* (Catálogo de Exposição). Lisboa: Instituto Britânico em Portugal.

SOUSA, Maria Leonor Machado de (coord.). 2007. *A Guerra Peninsular em Portugal. Relatos Britânicos*. Casal de Cambra: Caleidoscópio_Edição e Artes Gráficas, SA.

--- (coord.). 2008. *A Guerra Peninsular: Perspectivas Multidisciplinares* (Actas do Congresso Internacional e Interdisciplinar evocativo da Guerra Peninsular / XVII Colóquio de História Militar – "Nos 200 Anos das Invasões Napoleónicas em Portugal", co-organizado pela Academia Portuguesa da História, pelo Centro de Estudos Anglo-Portugueses e pela Comissão Portuguesa de História Militar). Casal de Cambra: Caleidoscópio_Edição e Artes Gráficas, SA, 2 vols.

SOUTHEY, Robert. 1828. *Histoire de La Guerre de la Péninsule sous Napoléon, par -----, Poète lauréat d'Angleterre*. Traduite par M. Lardieu. Paris: Dondey-Dupré Père et Fils, Imp-Lib : t. II, 161-180.

TERENAS, Gabriela Gândara. 2000. *O Portugal da Guerra Peninsular. A Visão dos Militares Britânicos (1808-1812)*. Lisboa: Edições Colibri/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, "Estudos", 7.

THOMAS, Gordon Kent. 1971. *Wordsworth's Dirge and Promise: Napoleon, Wellington and the Convention of Cintra*. Lincoln: University of Nebraska Press.

VENTURA, António e Maria Leonor Machado de Sousa (coord.). 2007. *Guerra Peninsular: 200 Anos*. Apresentação de Jorge Couto. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, Serviço de Actividades Culturais.

WORDSWORTH, William. 1983. *Convention of Cintra. A Facsimile of the 1809 Tract*. Introduction by Gordon Kent Thomas. Provo, Utah: Brigham Young University Press.

---, *The Poetical Works of*. 1942 (1904). Edited by Thomas Hutchinson. A New Edition, revised by Ernest de Selincourt. London/New York/Toronto: Humphrey Milford/Oxford University Press.

“Inquiry into the Convention of Cintra 1808” in <http://www.napoleon-series.org/research/government/diplomatic/c_inquiry.html> (consulta em 13.10.2008).

<http://purl.pt/369/1/ficha-obra-convencao_sintra.html>

<<http://purl.pt/429>>